



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



48º CONSELHO DIRETOR

60ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL

Washington, D.C., EUA, 29 de setembro a 3 de outubro de 2008

Tema 4.12 da agenda provisória

CD48/16 (Port.)
22 de agosto de 2008
ORIGINAL: INGLÊS

MESA REDONDA SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA E SEU IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA: UMA PERSPECTIVA REGIONAL

Antecedentes

1. Nos últimos anos, o Conselho Diretor da OPAS tem mantido uma tendência de incluir uma mesa redonda como um tema da agenda relacionado ao Dia Mundial da Saúde (DMS). O DMS é comemorado todos os anos no dia 7 de abril, ele marca a fundação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e serve de oportunidade para chamar a atenção mundial a um tema de grande importância à saúde global. “Proteger a saúde dos efeitos da mudança climática” foi selecionado como o tema do DMS de 2008 e a OPAS convocou uma mesa redonda sobre este tema a ser realizada durante o 48º Conselho Diretor em setembro de 2008.

2. A Convenção Básica das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQMC) define a mudança climática como sendo a “mudança do clima que é atribuída direta ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera global e que é, além da variabilidade climática natural, observada durante períodos comparáveis¹”. As Nações Unidas e o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) também dedicaram tempo considerável para analisar a questão da mudança climática.

Resumo do tema

3. Os impactos sanitários adversos da mudança climática podem ser tanto diretos como indiretos. Os impactos diretos são resultado dos extremos climáticos como o estresse térmico e desastres causados pelas condições climáticas. Os impactos indiretos são resultado das influências climáticas na transmissão de doenças transmitidas por

¹ Artigo 1, parágrafo 2 da Convenção, Nações Unidas, 1992.

vetores e de doenças transmitidas pela água e por alimentos e na segurança dos alimentos e da água. Os impactos indiretos também incluem as conseqüências da perturbação socioeconômica, inclusive o deslocamento das populações.

4. Na Região das Américas, as principais áreas de preocupação se relacionam com o aumento dos eventos de clima extremo, subseqüentes mudanças na provisão de alimentos e segurança nutricional, assim como mudanças no abastecimento de água, na variedade e distribuição das doenças transmitidas por vetores e na elevação do nível do mar. Os impactos da mudança climática nas cidades será cada vez mais importante e em alguns países, a situação será agravada como resultado da rápida e mal planejada urbanização.

5. A vulnerabilidade atual das populações influi na capacidade de responder ao impacto da mudança climática. Estratégias eficazes de adaptação devem identificar os grupos populacionais que não conseguem enfrentar os efeitos da variabilidade climática e os extremos do clima. As populações de risco vivem em áreas propensas a inundações, secas e ondas de calor. Os grupos mais vulneráveis são as crianças menores de 5 anos, mulheres grávidas e amamentando, pessoas idosas, populações indígenas, marginalizadas, rurais, urbanas, e populações migrantes. A vulnerabilidade pode ser ainda mais exacerbada por outros fatores de estresse como a pobreza, insegurança alimentar, conflitos e doença.

6. As duas maneiras nos quais as sociedades podem responder ativamente à mudança climática são por meio da mitigação e adaptação. Mitigação procura reduzir, retardar ou evitar o impacto por meio de intervenções que reduzem as fontes de emissão de gases do efeito estufa ou aquelas que intensificam os “escoadouros” de gás. Na esfera da saúde pública, isto inclui a prevenção primária que visa a prevenir o surgimento de danos ou doenças. A adaptação é definida como um ajuste no sistema natural ou humano em resposta a mudanças produzidas pelos estímulos climáticos. Mitigação e adaptação precisam ser consideradas pela sociedade civil, setores de atividade, governo e outros setores, ao mesmo tempo em que se leva em consideração a diversidade cultural da Região e a necessidade de maior conscientização de muitos de nossos cidadãos.

Esforços de colaboração da OPAS/OMS

7. A OPAS e a OMS têm uma estreita colaboração no tópico da mudança climática nas Américas e no mundo todo, com um esforço para maior conscientização sobre as suas conseqüências para saúde, avaliar os riscos próprios de cada país, fortalecer os sistemas de saúde para garantir proteção adequada de riscos relacionados com o clima e aperfeiçoar a inclusão da perspectiva de saúde pública na tomada de decisão sobre mudança climática em outros setores. A Organização está em vias de elaborar um plano de ação com base nos perfis dos países regionais revistos durante um Seminário Regional

sobre Mudança Climática e seus Efeitos para a Saúde nas Américas, realizado no Brasil, de 9 a 11 de abril de 2008.

8. A OPAS preparou um Informe Oficial sobre Mudança Climática e Saúde Pública a ser analisado durante a mesa redonda (Anexo A).

Estrutura proposta para a mesa-redonda

<i>Participantes</i>	
Além dos delegados dos Estados Membros que assistem ao 48º Conselho Diretor, participarão representantes do mundo acadêmico, agências da ONU e organizações da sociedade civil.	
<i>Formato</i>	
<i>Introdução - Em plenário (25 minutos)</i>	O tema será introduzido com um discurso principal
<i>Grupos de discussão (1 hora e 45 minutos)</i>	Os participantes escolherão entre três grupos de discussão, cada um dos quais receberá as mesmas orientações sobre mudança climática e seus impactos sobre a saúde pública.
	Haverá serviço de interpretação em espanhol, francês, inglês e português para os grupos 1 e 2, e espanhol e inglês para o grupo 3. Cada grupo incluirá um presidente, um orador motivacional e um relator. As folhas de inscrição para cada grupo estarão disponíveis no balcão de inscrição no primeiro dia do Conselho.
	Os relatores dos grupos de discussão sintetizarão as discussões e conclusões do grupo e prepararão um relatório conjunto.
<i>Apresentação do relatório – em plenário no dia seguinte (30 minutos)</i>	O relatório conjunto preparado pelos relatores será apresentado ao Conselho. Espera-se que esse relatório oriente o futuro trabalho dos países e fortaleça o documento oficial da OPAS sobre mudança climática e saúde humana.

Anexos

Informe Oficial

Proteção da saúde dos efeitos da mudança climática na Região das Américas: passando das evidências à ação

1. O objetivo deste Informe Oficial é apresentar as *evidências* de que a mudança climática é um fenômeno que está cada vez mais afetando a saúde humana. Este documento também procura descrever um conjunto de *ações* que são necessárias para proteger as pessoas dos impactos atuais e esperados para a saúde relacionados ao clima.

2. A mudança climática não é novidade no setor da saúde. O primeiro relatório científico sobre a mudança climática e saúde foi publicado pela Organização Mundial da Saúde em 1990. Em 1995, a OPAS apresentou o problema na Academia Nacional de Ciências durante uma conferência sobre mudança climática e saúde humana. Desde então, a OPAS vem trabalhando para conscientizar, informar e iniciar avaliações de riscos nos países-membros. Hoje, essas ações precisam ser expandidas. A mudança climática é uma ameaça mais grave que o previsto no começo da década de 90, afetando principalmente populações vulneráveis com o estado de saúde mais precário e aquelas ameaçadas por fatores de risco ambientais múltiplos. O impacto da mudança climática na saúde poderia comprometer seriamente os avanços de saúde pública obtidos e, portanto, requer maior conscientização e preparação para combater as ameaças emergentes. Este fato está refletido nos acordos feitos durante a 61^a Assembléia Mundial da Saúde na sua Resolução WHA61.19 (2008).

Há comprovação científica da mudança climática

3. Há comprovação científica indicando que o clima mundial está mudando e há consenso a respeito na comunidade científica. Esta mudança é devida, em grande parte, às diversas atividades humanas relacionadas com a combustão de combustíveis fósseis. Em 2007, o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) concluiu que o aquecimento climático – que inclui um aumento da variabilidade climática – é inequívoco com base em elevações observadas nas temperaturas médias globais do ar e do mar, o derretimento generalizado de neve e gelo e o aumento do nível médio do mar em escala global.

4. As temperaturas ambientais do globo aumentou 0,74 °C durante o período 1906–2005. O ritmo de aquecimento médio nos últimos 50 anos (0,13 °C ± 0,03 °C por década) é quase duas vezes o dos últimos 100 anos. Evidências de todo o mundo demonstram que as temperaturas crescentes estão modificando e rompendo o equilíbrio dos sistemas naturais que propiciam as necessidades básicas da vida.

Há evidência de riscos à saúde da mudança climática

5. Durante a 61^a Assembléia Mundial da Saúde em 2008, os países-membros expressaram preocupação quanto ao impacto das temperaturas crescentes que sendo observadas em certos aspectos da saúde. As mudanças observadas na precipitação e nos padrões de precipitação estão afetando a variedade e a incidência geográfica de muitos determinantes da saúde relacionados ao clima e as conseqüências decorrentes desses fatores. Os efeitos para saúde associados às condições climáticas podem ser divididos em três amplas categorias: os efeitos que estão diretamente relacionados com o tempo ou o clima; efeitos que resultam de mudanças ambientais que ocorrem em resposta à mudança climática; e os efeitos decorrentes das conseqüências do deslocamento econômico induzido pelo clima, deterioramento ambiental e conflitos. As alterações na frequência e na intensidade dos extremos térmicos e outros eventos de clima extremo (ou seja, enchentes e secas) influem diretamente na saúde da população. Além disso, tem sido observado impacto indireto devido às mudanças na intensidade e na variedade das doenças infecciosas e das doenças transmitidas pela água e por alimentos. O aumento da prevalência de doenças respiratórias está associado aos poluentes do ar e aos alérgenos aéreos. A intrusão salina decorrente do aumento do nível de mar e do recuo das geleiras pode afetar enormemente o abastecimento local de água. Outros impactos incluem as conseqüências para a saúde da migração socioeconômica e do deslocamento das populações.

6. Em escala mundial, quem apresenta maior risco são as crianças pequenas, os idosos, as populações de doentes e migrantes, as populações indígenas, as comunidades pobres, e em particular as mulheres pobres. Países de baixa renda e as áreas em que a desnutrição é difundida, a educação é deficiente e a infra-estrutura é precária terão maior dificuldade de se adaptar à mudança climática e às respectivas conseqüências para saúde. A vulnerabilidade é também determinada pela geografia e é maior em áreas com alta endemicidade de doenças relacionadas ao clima, estresse hídrico, baixa produção de alimentos e populações isoladas. Além disso, as populações consideradas de mais alto risco são aquelas que vivem em países em desenvolvimento em pequenas ilhas, regiões montanhosas, áreas com estresse hídrico, megametrópoles e áreas litorâneas em países em desenvolvimento, assim como as populações pobres em áreas urbanas e rurais e os que não têm acesso aos serviços de saúde.

As evidências destacam a necessidade de respostas eficazes

7. A mudança climática atinge alguns dos fatores de risco mais importantes para saúde, como a disponibilidade de água doce e alimentos. Também afeta várias doenças relacionadas ao clima, inclusive as de maior morbidade, como desnutrição, diarreia e malária, que por sua vez acometem principalmente as crianças.

8. É inevitável um certo grau de mudança climática. Isto significa que será necessário fazer mudanças no setor da saúde para adaptação a estas mudanças. Será necessário fortalecer os sistemas de saúde para proteger a saúde das pessoas do aumento dos riscos associados ao clima. É necessário fortalecer as intervenções essenciais de saúde pública que devem incluir maior ênfase aos determinantes ambientais e socioeconômicos da saúde. Respostas eficazes no setor da saúde representam oportunidades de proteger a saúde pública, interagindo em sinergia com iniciativas como “Lugares Saudáveis” e “Caras, Vozes e Lugares”. Além disso, as respostas têm de considerar as inúmeras experiências adquiridas durante as décadas pelo setor da saúde na gestão dos riscos ambientais e de emergências, como os decorrentes da preparação para furacões e o El Niño.

9. Sendo altamente urbanizada, a Região das Américas precisa se centrar nos determinantes urbanos da saúde, inclusive a provisão de água doce às cidades. Por outro lado, as áreas rurais onde vivem algumas das populações mais vulneráveis não podem ser negligenciadas. Além disso, dado o elevado número de países insulares na Região, as preocupações com a elevação do nível do mar e a disponibilidade de água potável em pequenas ilhas precisam ser abordadas, assim como ações de saúde relativas à preparação e resposta a emergências nos países que apresentam eventos relacionados aos extremos climáticos. A disponibilidade e cultivo de alimentos podem ser afetados em alguns países e, em consequência, ter um impacto na nutrição e no deslocamento das populações. As doenças transmitidas por vetores relacionados ao clima, como a dengue, febre amarela e malária, necessitam de atenção especial. Como estas são apenas algumas das preocupações de saúde, um plano de ação integral deve abordar todas elas.

O setor da saúde requer ação coordenada

10. Após consulta com os países-membros, a OPAS está propondo um Plano Regional de Ação para Proteger a Saúde dos Efeitos da Mudança Climática na Região das Américas. O Plano poderia servir de modelo para a elaboração de planos de ação nacionais nos países, adaptados às necessidades locais. Os elementos que devem ser abordados em um plano desta natureza são detalhados a seguir.

Metas, objetivos estratégicos e ações

11. Um Plano de Ação Regional deve assegurar que as preocupações com a segurança da saúde pública ocupem uma posição central da resposta à mudança climática. Deve apoiar a elaboração e a implementação das estratégias de adaptação no âmbito local, nacional e regional para minimizar os impactos à saúde da mudança climática, e promover a adoção de medidas de energia para mitigar a mudança climática e evitar impactos ainda mais drásticos e potencialmente desastrosos para a saúde. Um plano precisa ser avaliado periodicamente para continuar sendo eficaz com respeito a este

fenômeno emergente.

12. As **metas** do plano proposto procuraram dar autonomia, equipar e fortalecer a capacidade dos sistemas de saúde em âmbito local e nacional para proteger a saúde humana dos riscos relacionados com a mudança climática.

13. Os **objetivos estratégicos** a serem alcançados são

Evidências: Incentivar e apoiar a geração de conhecimento dos riscos para a saúde associados à mudança climática e da resposta de saúde pública a este fenômeno.

Sensibilização: Conscientizar sobre os efeitos da mudança climática para a saúde, tanto o público em geral com os diferentes setores, incluindo o pessoal do setor da saúde, promover a comunicação, difusão de informação e um enfoque multidisciplinar.

Recursos: Promover o fortalecimento e o desenvolvimento de recursos humanos e financeiros, o desenvolvimento institucional e de políticas.

Adaptação: Fortalecer e desenvolver a capacidade dos sistemas de saúde de planejar, implementar, monitorar e avaliar intervenções de adaptação com o intuito de aprimorar a capacidade de resposta para estarem preparados e responder de modo eficaz aos riscos da mudança climática.

Parcerias: Promover, articular e estabelecer parcerias interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais para assegurar que a proteção e a promoção da saúde sejam o ponto principal das políticas de mudança climática.

14. As seguintes **ações** são necessárias para facilitar o avanço destes objetivos, sendo que a maioria precisa ser realizada com a participação de outros setores.

Evidências: Incentivar e apoiar a geração de conhecimento dos riscos para a saúde associados à mudança climática e da resposta de saúde pública a este fenômeno.

- *Observatório em clima e saúde:* Apoiar o estabelecimento de observatórios da mudança climática e saúde humana onde não exista sistema de vigilância e fortalecer os sistemas existentes, em especial com a integração dos sistemas confiáveis de informação.

- (a) Elaborar, adaptar ou adotar indicadores de vulnerabilidade, estabelecer o grau de vulnerabilidade e monitorar as melhorias e progresso de medidas de adaptação, assim como a eficácia e a eficiência das intervenções.
 - (b) Harmonizar os indicadores de saúde dentro do sistema das Nações Unidas, em particular o avanço das metas do Convênio Básico sobre Mudança Climática das Nações Unidas (UNFCCC).
 - (c) Elaborar uma metodologia uniformizada ou ferramentas para avaliar a vulnerabilidade que forneçam informação sobre as ações necessárias para a adaptação, incluindo o uso dos cenários preparados por climatologistas.
 - (d) Desenvolver pesquisa com base em métodos epidemiológicos e estatísticos para analisar e interpretar dados multissetoriais e os impactos da mudança climática.
 - (e) Realizar avaliações quantitativas e qualitativas dos efeitos da mudança climática sobre a saúde.
 - (f) Estabelecer redes de especialistas e instituições para o intercâmbio de informação sobre mudança climática e saúde que contribua para a integração regional das atividades de adaptação.
 - (g) Difundir a informação gerada por meio de redes de comunicação, como páginas na Internet e biblioteca virtual.
 - (h) Sistematizar experiências locais resgatando iniciativas de promoção da saúde, com a participação comunitária.
- *Sistemas de vigilância:* Criar e fortalecer os sistemas de vigilância em saúde e determinantes da saúde com ênfase na saúde ambiental e doença relacionada com o clima.
 - *Promoção de pesquisa:* Apoiar pesquisas para coletar evidências sobre os impactos da mudança climática na saúde.
 - (a) Promover pesquisa aplicada para avaliar o impacto da mudança climática na saúde das populações vulneráveis, incluindo as crianças, os idosos, os portadores de doenças preexistentes e pessoas pobres, em particular em mulheres.

- (b) Promover estudos sobre o cálculo do custo das ações e da falta de ação, a fim de garantir um uso apropriado e transparente dos recursos investidos para proteger a saúde pública da mudança climática.
 - (c) Promover o uso da avaliação, métodos integrados de ação ambiental e de saúde (como GEOSaúde, o enfoque de ecossistema e epidemiologia panorâmica, entre outros) para desenvolver ações integrais a fim de minimizar os efeitos negativos da mudança climática sobre a saúde e o bem-estar humanos.
 - (d) Promover a avaliação das estratégias de redução dos gases do efeito estufa propostas em outros setores como o planejamento energético, urbano e de transporte, a fim de minimizar os efeitos negativos da mudança climática sobre a saúde e o bem-estar humanos.
- *Geração de informações:* Promover a cooperação técnica e prestar apoio nacional e regional para avaliar as repercussões para a saúde da mudança climática:
 - (a) Apoiar o setor acadêmico e promover pesquisas para determinar em que medida que o tempo e o clima afetam a extensão geográfica e o impacto do clima em doenças, levando-se em consideração causas diversas, fatores de confusão e modificadores de efeito.
 - (b) Preparar diretrizes sobre como avaliar a vulnerabilidade e a adaptação em escala local, nacional e regional. As avaliações devem fornecer uma melhor compreensão dos riscos atuais e futuros para a saúde devidos à mudança climática e das incertezas relacionadas com esses riscos, assim como as intervenções que podem ser realizadas para aumentar a capacidade de recuperação da população frente à mudança climática.
 - (c) Determinar o foco que deve ser usado para quantificar a morbidade atribuível à mudança climática, determinar quais são as populações e regiões particularmente vulneráveis, examinar em que medida os sistemas existentes de saúde podem enfrentar os efeitos previstos para a saúde e priorizar as intervenções adicionais que são necessárias para aumentar a capacidade de adaptação à mudança climática.
 - (d) Sistematizar as experiências de adaptação em comunidades indígenas, rurais, tradicionais para a geração de mecanismos adequados para diferentes culturas.

- (e) Avaliar os avanços, os fracassos, as áreas da oportunidade e lições aprendidas, nas áreas relacionadas com mudança climática, como a resposta e serviços de saúde de emergência, e melhorar a capacidade regional, nacional e local para avaliar as ações.
- *Intercâmbio de informações:* Promover e facilitar o intercâmbio do conhecimento entre setores, e apoiar esforços de colaboração para fortalecer a capacidade de ação:
 - (a) Promover a criação de redes regionais para difundir informação sobre os riscos à saúde causada pela mudança climática e as respostas do setor da saúde e de outras disciplinas diante dessas mudanças.
 - (b) Fortalecer os centros de monitoramento de situações de emergência e centros de operações de emergência.
 - (c) Estabelecer ou fortalecer os bancos de dados sub-regionais sobre mudança climática e saúde.
- *Sensibilização:* Promover a conscientização sobre os efeitos da mudança climática para a saúde do público em geral e em outros setores formados por pessoal do setor de saúde, promovendo a comunicação, difusão de informação com um enfoque multidisciplinar.
 - (a) Maior conscientização: Sensibilizar os responsáveis pela tomada de decisão quanto às conseqüências previstas para a saúde humana como resultado da mudança climática e da necessidade de reduzir os riscos causados pela mudança climática no campo da saúde pública e promover a resposta do sistema de saúde diante deste fenômeno.
 - (b) Promover estratégias: Promover a educação, a informação e as estratégias de comunicação sobre mudança climática e saúde humana para os funcionários da área de saúde e a população em geral.
 - (c) Elaborar guias: Elaborar guias de educação, treinamento e informação para a incorporação dos mecanismos de adaptação para a mudança climática a fim de proteger a saúde humana.
- *Recursos:* Promover o fortalecimento e o desenvolvimento de recursos humanos e financeiros, o desenvolvimento institucional e de políticas.

- (a) Fortalecer a estrutura nacional reguladora para incluir a mudança climática transversalmente nas políticas do setor da saúde.
- (b) Fortalecer os recursos humanos: Fortalecer e continuar o trabalho da OPAS/OMS de apoiar os países com treinamento em saúde ambiental e, especificamente, em mudança climática e saúde.
- (c) Identificar fundos no âmbito nacional e regional, para todas as atividades identificadas neste plano.
 - i. Identificar fundos internacionais para pesquisa sobre os efeitos da mudança climática para a saúde humana.
 - ii. Obter o financiamento para adaptação da saúde usando os recursos dos fundos regionais e outros mecanismos de financiamento regionais.
 - iii. Sistematizar as experiências bem-sucedidas do financiamento das medidas de adaptação de saúde diante da mudança climática usando como base os recursos gerados com a redução.
 - iv. Incluir a mudança climática e a saúde no plano de trabalho da OPAS.
 - v. Facilitar maior financiamento de organizações doadoras para implementar programas e atividades que abordam os riscos para a saúde dos efeitos da mudança climática. Por exemplo, projetos nacionais ou regionais poderiam ser criados e financiados pelo Fundo de Adaptação do Fundo Global para o Meio Ambiente.
- *Adaptação*: Fortalecer e desenvolver a capacidade dos sistemas de saúde de planejar, implementar, monitorar e avaliar as intervenções de adaptação com o propósito de melhorar a capacidade de resposta para se preparar e responder de modo eficaz aos riscos da mudança climática.
 - (a) Avaliações de adaptação: Prestar cooperação técnica, apoio nacional e regional para elaborar e executar planos de ação nacionais a fim de abordar os riscos para a saúde da mudança climática, para gerir de modo eficaz estes riscos e para fazer o seu monitoramento, como quantificar os custos e benefícios das intervenções.
 - (b) Prioridades de adaptação: Implementar e avaliar medidas de adaptação em assuntos críticos de saúde. Implementar medidas de adaptação com base nas avaliações da vulnerabilidade já realizadas ou sendo empreendidas.

- (c) Trabalho com outros setores: Avaliar as implicações de saúde das ações de outros setores.
 - i. Prestar cooperação técnica e modificar os instrumentos necessários – como análises de custo-benefício e avaliações dos efeitos para saúde – para avaliar, no âmbito nacional e regional, as implicações de saúde de políticas adotadas em setores como agricultura, energia, transporte, água e saneamento, educação, fazenda e ambiente.
 - ii. Incorporar a mudança climática na gestão de risco e nos planos para preparação e resposta a situações de emergência e desastre.
- (d) Resposta de emergência relacionada com a mudança climática: Trabalhar nos diferentes níveis do governo para melhorar a capacidade regional, nacional e local de apoiar os sistemas de saúde e de responder a problemas de saúde pública e de emergência que resultam da mudança climática.
 - i. Melhorar a capacidade regional, nacional e local para responder a necessidades de saúde pública nas emergências causadas pelo aumento da frequência e intensidade dos desastres relacionados às mudanças dos padrões hidrometeorológicos e de epidemias de amplo alcance.
 - ii. Fortalecer os sistemas de saúde para responder aos danos causados pelos eventos de clima extremo e avaliar suas conseqüências, inclusive os efeitos para a saúde mental, surtos de doenças infecciosas e outras conseqüências adversas para a saúde.
- *Parcerias*: Promover, articular e estabelecer parcerias interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais para assegurar que a proteção e a promoção da saúde sejam o ponto principal das políticas de mudança climática.
 - (a) Políticas de redução no setor da saúde: Facilitar a preparação e a difusão das diretrizes técnicas sobre as melhores maneiras de reduzir as emissões dos gases do efeito estufa no setor da saúde.
 - (b) Fortalecimento do setor da saúde: Promover a formação de centros de informação dentro dos ministérios da Saúde e outras instituições de saúde, para identificar, avaliar, reduzir e eliminar os riscos à saúde, assim como dividir informação com centros em outros países:

- i. Promover o estabelecimento de centros de coordenação dentro dos ministérios da Saúde para lidar com os assuntos relacionados com a mudança climática e a saúde, considerando-se a base institucional existente em cada país.
 - ii. Fortalecer os sistemas de saúde por meio das Funções Essenciais da Saúde Pública, especificamente a promoção da saúde e a atenção primária, com o intuito de ser capaz de atuar nos impactos da mudança climática para a saúde.
 - iii. Fortalecer os programas de saúde relacionados com a gestão dos riscos, emergências e desastres.
 - iv. Incluir o setor da saúde nas Comissões Nacionais de Mudança Climática.
- (c) Rede de especialistas: Promover a formação de grupos multidisciplinares e redes que contribuirão para o fortalecimento do setor da saúde na execução das ações diante da mudança climática.
- (d) Trabalho intersetorial: Promover e fortalecer o intercâmbio de informações entre os setores, minimizando a repetição dispendiosa das iniciativas. Formar parcerias com a sociedade civil e o setor privado, entre outros.
- (e) Avaliar os benefícios das medidas aplicadas em outros setores: Preparar e prestar cooperação técnica para o cálculo dos custos e benefícios à saúde das estratégias de redução propostas para outros setores.
- (f) Ação interinstitucional: Prestar cooperação técnica aos países para que eles possam participar de modo eficaz de processos relacionados à mudança climática como parte da UNFCCC
- (g) Cooperação entre países: Promover projetos de cooperação técnica entre os países para estudar e mitigar os efeitos da mudança climática para as populações fronteiriças e vulneráveis.
- (h) Cooperação sub-regional: Promover o tema dentro dos mecanismos sub-regionais de integração (Mercosul, Comunidade das Nações Andinas – CAN, Sistema de Integração Centro-americana – SICA, e a Comunidade do Caribe – CARICOM).

- (i) Fórum regional: Promover a criação de um fórum regional sobre mudança climática e saúde com participação intersetorial.
- (j) Centros colaboradores: Identificar e estabelecer centros colaboradores da OPAS/OMS para assuntos de mudança climática e saúde na Região a fim de apoiar o desenvolvimento de capacidades nacionais e regionais.



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
Repartição Sanitária Pan-Americana, Escritório Regional da
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

CD48/16 (Port.)
Anexo B

**FORMULÁRIO ANALÍTICO PARA VINCULAR TEMAS DA AGENDA
A ÁREAS DA ORGANIZAÇÃO**

1. Tema da Agenda: 4.12

2. Título na Agenda: Mesa redonda sobre mudança climática e seu impacto na saúde pública: uma perspectiva regional

3. Unidade Responsável: Equipe de avaliação de riscos e mudança ambiental global
Área de Desenvolvimento Sustentável e Saúde Ambiental (SDE)

4.Preparado por: Luiz A. Galvão e Samuel Henao

5. Lista dos centros colaboradores e instituições nacionais vinculados a este tema da Agenda:

- Centros para Controle e Prevenção de Doenças (CDC), EUA
- *Institut National de Santé Publique du Québec* (INSPQ-CHUQ-DSP), Canadá
- Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Brasil
- Universidade de Wisconsin, Ecologia Humana/Ciências Atmosféricas e Oceânicas, EUA
- Universidade Harvard/Departamento de Saúde Ambiental, EUA

6. Conexão entre o tema da Agenda e Agenda para Saúde das Américas:

Item (b) Combate aos determinantes de saúde – Parágrafo 40

Os determinantes de saúde devem ser combatidos a fim de proteger de modo eficaz as populações pobres, marginalizadas e vulneráveis. Refere-se a determinantes que estão relacionados com (a) exclusão social, (b) exposição a riscos, (c) urbanização não planejada, e (d) os efeitos da mudança climática. Este enfoque requer revisão das estruturas legislativas, que atualmente fornecem os incentivos adversos para a melhoria dos determinantes da saúde.

Notas e referências – Parágrafo 32

As variáveis incluídas neste grupo são as seguintes: (a) exclusão social: renda, gênero, educação, origem étnica e incapacidade; (b) exposição a riscos: condições precárias de vida e de trabalho, estilos de vida pouco saudáveis, falta de informação, dificuldade de obter acesso a alimentos e água, contaminação do solo, água e ar, e alimentos contaminados; (c) a urbanização não planejada exacerba a inadequação dos serviços de água e saneamento e da moradia; e (d) entre as conseqüências da mudança climática estão enchentes, secas e doenças transmitidas por vetores que afetam a população pobre com maior intensidade.

7. Conexão entre o tema da Agenda e o Plano Estratégico 2008-2012:

OE 8: Promover um ambiente mais saudável, intensificar a prevenção primária e influir em políticas públicas em todos os setores para combater as causas fundamentais das ameaças ambientais à saúde.

RER 8.2: Países-membros apoiados através da cooperação técnica para a execução das intervenções de prevenção primária que reduzem os riscos de saúde ambiental; melhorar a segurança; e promover a saúde pública, inclusive em meios específicos e entre os grupos populacionais vulneráveis (por exemplo, crianças,

idosos).

IND 8.2.5: Número de países que seguem a orientação da OMS para prevenir e mitigar riscos emergentes de saúde ocupacional e ambiental, promover a equidade nestas áreas da saúde e proteger as populações vulneráveis.

RER 8.3: Países-membros apoiados através de cooperação técnica para fortalecer formulação de políticas ocupacionais e de saúde ambiental, o planejamento de intervenções preventivas, a prestação de serviços e vigilância.

IND 8.3.1: Número de países recebendo apoio técnico e logístico para a elaboração e implantação de políticas para fortalecer a prestação de serviços de saúde ocupacional e ambiental e vigilância.

RER 8.4: Orientação, ferramentas e iniciativas criadas para apoiar o setor da saúde e influir nas políticas nos setores prioritários (por exemplo, energia, transporte, agricultura), avaliar os impactos de saúde, determinar os custos e benefícios das alternativas de políticas nestes setores e aproveitar os investimentos setoriais que não são de saúde para melhorar a saúde.

IND 8.4.4: Número de eventos regionais ou nacionais realizados com cooperação técnica da RSPA com a intenção de capacitação e fortalecimento de instituições no setor da saúde e outros setores para melhorar as políticas relacionadas à saúde ocupacional e ambiental em pelo menos 3 setores.

OE 5: Reduzir as conseqüências para saúde de emergências, desastres, crises e conflitos, e minimizar seu impacto socioeconômico.

RER 5.5: Países-membros apoiados através da cooperação técnica para fortalecer a preparação nacional e estabelecer mecanismos de alertas e de resposta para a inocuidade dos alimentos e emergências de saúde ambiental.

IND 5.5.2: Número de países com planos nacionais para preparação, e atividades de alertas e de resposta no que se refere a emergências químicas, radiológicas e de saúde ambiental.

8. Boas práticas nesta área e exemplos de outros países dentro do AMRO:

1. Perfis dos países sobre mudança climática e saúde das Américas – 2008
2. Seminário sobre mudança climática e saúde – Brasil, abril de 2008
3. Iniciativa de comunicação regional sobre mudança climática e saúde – Abril a novembro de 2008

9. Implicações financeiras do tema da Agenda:

A OPAS deve alocar fundos suficientes para apoiar o Plano Regional de Ação sobre Mudança Climática e de Saúde, particularmente para a Área SDE/Controle de Vetores e Emergência de Desastres quando estiver elaborado.

Os fundos precisavam de aproximadamente US\$ 300.000 (consultores e atividades) a serem captados através da OMS e esforços diretos da OPAS.